



Estudos de caso da Iniciativa Equatorial

Soluções locais de desenvolvimento sustentável para as pessoas,
a natureza e comunidades resilientes

SÉRIE DE ESTUDOS DE CASO DA INICIATIVA EQUATORIAL DO PNUD

Comunidades locais e indígenas em todo o mundo estão promovendo soluções inovadoras de desenvolvimento sustentável que beneficiam simultaneamente as pessoas e a natureza. Poucas publicações ou estudos de caso contam a história completa de como essas iniciativas evoluem, a amplitude de seus impactos ou como elas se transformam ao longo do tempo. Menos ainda se propuseram a contar essas histórias com os próprios membros dessas comunidades orientando a narrativa. A Iniciativa Equatorial visa, sobretudo, preencher essa lacuna. É precisamente por isso que este estudo de caso foi elaborado por meio de um processo colaborativo com os representantes das iniciativas vencedoras. O objetivo é integrar plenamente suas vozes e experiências, destacando seus esforços em impulsionar ações locais em seus respectivos contextos.

A Iniciativa Equatorial do PNUD, apoiada pelo generoso financiamento da Agência Norueguesa para o Desenvolvimento e Cooperação (NORAD) e do Ministério Federal Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), concedeu o Prêmio Equatorial em 2024 a 11 iniciativas excepcionais lideradas por povos indígenas e comunidades locais de 8 países. As organizações vencedoras apresentam soluções inovadoras e baseadas na natureza para combater a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas. Selecionados entre mais de 600 indicações de 102 países, os vencedores deste

ano estão alinhados com o tema do Prêmio Equatorial 2024, “Natureza para Ação Climática”, apresentando soluções inovadoras em três categorias: Natureza para Mitigação Climática, Natureza para Adaptação Climática e Resiliência, e Natureza para uma Transição Justa. Todos os 11 vencedores foram homenageados em um evento de destaque, realizado virtualmente, em 03 de Outubro, antes das negociações sobre biodiversidade e mudanças climáticas na COP16 da CDB e na COP29 da UNFCCC. O evento fez parte do **Nature for Life Hub**, uma série de quatro dias de eventos virtuais criados para fomentar a ambição por soluções baseadas na natureza dentro das políticas globais de biodiversidade e clima. Os vencedores do Prêmio Equatorial 2024 estão restaurando ecossistemas, promovendo práticas regenerativas e fomentando uma economia verde e circular, com soluções inovadoras que mitigam as emissões, aumentam a resiliência climática e impulsionam uma transição justa e inclusiva para um futuro com zero emissões de carbono.

O estudo de caso a seguir faz parte de uma série crescente que descreve as melhores práticas avaliadas e revisadas por pares, com o objetivo de inspirar o diálogo político necessário para ampliar as soluções baseadas na natureza, essenciais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



RESUMO DO PROJETO

A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) é uma aliança de 16 grupos indígenas distintos que vivem em uma das regiões com maior biodiversidade social da Amazônia Ocidental. Cobrindo mais de 8,5 milhões de hectares no estado do Amazonas, no extremo oeste do país, na fronteira entre Brasil e Peru, o Vale do Javari abriga a maior concentração mundial de Povos Indígenas em isolamento voluntário, além de inúmeros outros grupos étnicos que mantêm vivas suas línguas, saberes tradicionais e formas próprias de governança.

Diante da intensificação das invasões ilegais por garimpeiros, madeireiros, traficantes de drogas e caçadores furtivos, a UNIVAJA foi criada em 2010 para proteger a integridade cultural e territorial do Vale do Javari, por meio de ações de monitoramento liderada pelos indígenas, da defesa de seus direitos e da construção de alianças internacionais. Em 2020, eles lançaram a *Equipe de Vigilância Territorial Indígena* (EVU). A iniciativa inovadora combina o Conhecimento Tradicional com tecnologias, como GPS, drones, sensoriamento remoto e parcerias estratégicas.

A UNIVAJA defende a proteção ambiental, a demarcação territorial e o respeito à autonomia dos povos indígenas em todos os níveis. Por meio da aliança da UNIVAJA, diante de ameaças constantes, as comunidades do Vale do Javari se mantêm unidas para proteger a terra, honrar seus ancestrais e defender as gerações futuras.



A representação visual e o uso de demarcações de fronteiras e informações relacionadas mostradas nos mapas ou incluídas no texto deste documento não são garantidamente isentos de erros, nem implicam aceitação ou reconhecimento oficial por parte das Nações Unidas.

INFORMAÇÕES-CHAVE

Vencedor do Prêmio Equatorial Fundação

2024

2010

Localização

Atalaia do Norte, Território Indígena do Vale do Javari, estado do Amazonas, República Federativa do Brasil

Beneficiários

6.183 beneficiários diretos de diversos grupos étnicos; 14.000 a 20.000 beneficiários indiretos em todo o Vale do Javari

Áreas temáticas

Direitos à terra e segurança da posse; Governança e capacitação; Preservação do conhecimento tradicional indígena

Áreas de atuação

Monitoramento ecológico ou patrulhamento; Defesa política, regulatória ou jurídica; Grupos de mulheres

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abordados



FILME DE VENCEDOR DO PRÊMIO EQUATORIAL 2024





HISTÓRICO E CONTEXTO

Antes da demarcação das terras, não havia controle sobre o acesso à Terra Indígena Vale do Javari (TIVJ), nem sobre a exploração madeireira, a caça, a pesca, a mineração de ouro e o uso de outros recursos naturais. Até mesmo a Petrobras, uma empresa estatal brasileira, conduziu atividades de exploração de petróleo em áreas habitadas por povos indígenas em isolamento voluntário nas décadas de 1970 e 1980, colocando em risco a sobrevivência dessas comunidades. No dia 12 de novembro de 1998, o Ministério da Justiça publicou a Portaria Declaratória nº 818, que demarcou os limites territoriais. Depois disso, foram realizadas as obras de demarcação, limitando o acesso de pessoas não autorizadas. Desde então, o TIVJ é reconhecido como terra demarcada, com limites oficialmente definidos pelo Governo Federal.

Apesar da presença do Estado ser mais visível, ainda existem tensões entre grupos indígenas e não indígenas, ou grupos interétnicos. Mesmo oficialmente demarcada e aprovada, o TIVJ é frequentemente invadido por madeireiros, pescadores, garimpeiros e outros grupos interessados em explorar seus recursos naturais, pois é uma área preservada, com fauna e flora ricas, rios pescáveis e várias espécies de madeira de lei. Além disso, o Vale do Javari é uma área de fronteira, o que gera relações e conflitos interétnicos binacionais.

Historicamente, a presença dos povos indígenas em seus territórios atuou como barreiras eficazes ao avanço do desmatamento e outras formas de exploração predatória. No entanto, desde 2019, os dados mostram que os povos indígenas e seus territórios tradicionais estão cada vez mais ameaçados. Na verdade, a violência contra os povos indígenas tem sido alimentada por planos de desenvolvimento equivocados do governo, que incentivam e validam a cessão de terras indígenas e dos bens comuns nelas contidos a empreendedores do agronegócio, da mineração e da exploração madeireira, entre outros.

O movimento indígena no Vale do Javari começou com a criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), em 1991, que depois foi dissolvido, dando lugar à União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), criada em 2007. Com o passar dos anos, surgiram associações apoiando cada grupo indígena e suas localidades. Novas transformações estão em andamento, originadas por líderes emergentes e pela diversificação dos espaços políticos de atuação. No entanto, há um reconhecimento de que as conquistas em matéria de conservação territorial são resultado de ações coletivas e mobilizações locais. Esse entendimento orientou o desenvolvimento do projeto atualmente em implementação, baseado em dois pilares: vigilância e proteção do território e fortalecimento do movimento indígena.

— Eriverto da Silva Vargas, Coordenador do Projeto e Representante, UNIVAJA

A *Terra Indígena Vale do Javari* (TIVJ) é uma das maiores e mais importantes áreas de diversidade ambiental e cultural do mundo. Cobrindo mais de 8,5 milhões de hectares na Amazônia ocidental brasileira, ao longo da fronteira entre o Brasil e o Peru, o TIVJ abriga densas florestas tropicais e complexos sistemas fluviais. A região é lar de aproximadamente 6.500 pessoas, distribuídas em pelo menos sete grupos étnicos distintos: Marubo, Matis, Mayoruna/Matsés, Kanamari, Kulina Pano, Tsohom-Dyapa e Korubo (os dois últimos contatados recentemente). Há também registros oficiais, confirmados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), de pelo menos 16 locais que evidenciam a presença de povos em isolamento voluntário, tornando esta área a região do planeta com a maior concentração de povos não contatados do mundo.

O território foi oficialmente reconhecido pelo governo brasileiro em 1998 e demarcado no início dos anos 2000. No entanto, a fiscalização tem se mostrado ineficaz, especialmente nos últimos anos. A região está cada vez mais sitiada por garimpeiros ilegais, madeireiros, caçadores furtivos e traficantes de drogas que entram na floresta por rios ou pequenas aeronaves, muitas vezes com o apoio

Origem e estrutura

Embora o governo brasileiro tenha demarcado formalmente o TIVJ em 2001, a aplicação da lei foi inconsistente e os povos indígenas que habitam o território permaneceram vulneráveis a invasões ilegais, surtos de doenças e exclusão política. Em resposta a essas ameaças, em 2010, anciãos, líderes e organizadores comunitários do território indígena se juntaram para criar um órgão unificado capaz de defender seus interesses coletivos. A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) surgiu como uma resposta direta às crescentes ameaças às terras, aos direitos e à vida dos povos indígenas do Vale do Javari. A organização coordena a defesa coletiva do TIVJ, promove a unidade política entre diferentes grupos étnicos e garante que os povos indígenas, especialmente os grupos em isolamento voluntário, tenham autonomia para administrar suas terras de acordo com seus próprios valores. As técnicas tradicionais de vigilância da UNIVAJA, como rastreamento de animais e patrulhas fluviais, são combinadas com ferramentas modernas, como mapeamento por GPS, monitoramento por drones e ações judiciais, para proteger o território. A UNIVAJA

de poderosas redes criminosas. Sua presença ameaça não apenas os ecossistemas, mas também a sobrevivência de grupos em isolamento voluntário e recentemente contatados, cujos sistemas imunológicos permanecem altamente vulneráveis a doenças. As invasões também trouxeram violência. Líderes comunitários e guardiões da floresta têm enfrentado ameaças, assédio e, em alguns casos, assassinatos. Os homicídios em 2022 do ativista pelos direitos indígenas Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips enquanto trabalhavam no Vale do Javari atraíram atenção internacional, mas esses não foram incidentes isolados. Para muitos na região, a resistência tem sido um ato diário de sobrevivência.

Os povos indígenas do Vale do Javari mantêm meios de subsistência tradicionais com base na coleta de recursos florestais, agricultura rotativa, caça e pesca. As comunidades preservam e usam suas línguas e tradições nativas, passando-as de geração em geração. Sua organização social e modo de vida, fundamentados no conhecimento do território, estão na vanguarda da gestão e proteção das imensas e antigas florestas e rios da região.

também atua na preservação do patrimônio linguístico e cultural, organizando assembleias, eventos de contação de histórias e rituais de transmissão intergeracional.

A sede da organização está localizada em Atalaia do Norte no Amazonas, o centro urbano mais próximo do TIVJ. Sua estrutura é organizada em torno de uma Assembleia Geral, composta por delegados de todas as comunidades participantes. A assembleia elege um Comitê de Coordenação rotativo, incluindo um presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Em 2020 foi formada a *Equipe de Vigilância Territorial Indígena* (EVU) para implementar o monitoramento de linha de frente, a defesa e a proteção da comunidade. A UNIVAJA também mantém comissões jurídicas, de comunicação e de saúde. Esse modelo coletivo garante que as decisões reflitam as diversas perspectivas das comunidades do Vale do Javari, ao mesmo tempo em que promove a missão comum de proteger a terra, a vida e o futuro dos povos indígenas no TIVJ e, acima de tudo, contribuir para o bem-estar de todo o planeta.



“Desempenhamos um papel fundamental na defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas na região amazônica. A organização é essencial na luta contra a invasão de terras indígenas, enfrentando desafios como o desmatamento ilegal, a exploração de recursos naturais e a presença de garimpeiros e madeireiros. O trabalho colaborativo com autoridades governamentais e outras ONGs orienta nossas ações, contribuindo para a conservação da floresta amazônica e a mitigação das mudanças climáticas.”

— Eliésio da Silva Vargas, advogado, UNIVAJA

Ameaças crescentes da extração ilegal e do crime organizado

A riqueza ecológica da Terra Indígena Vale do Javari (TIVJ), que ficou relativamente protegida por muitos anos, acabou, ironicamente, tornando-se alvo de exploração externa. Indústrias extrativas, como a pesca, a mineração de ouro e a exploração madeireira, destroem a floresta, poluem os rios com mercúrio e dizimam as populações de animais selvagens. Essa invasão contínua compromete não apenas a soberania, mas também força as comunidades indígenas a viver em constante estado de mobilização defensiva, desviando energia da preservação cultural, da saúde e da educação. Os membros da comunidade que se manifestam frequentemente enfrentam retaliações, enquanto as respostas das autoridades permanecem inconsistentes ou inexistentes.

As operações de pesca ilegal representam uma ameaça significativa, esgotando os estoques vitais de peixes e tartarugas em quase todos os rios do Javari e trazendo atividades criminosas associadas. Esses pescadores invasores têm como alvo espécies como a tartaruga-de-pontas-amarelas (*Podocnemis unifilis*) e o arapaima (*Arapaima gigas*), um dos maiores peixes de água doce do mundo. Essas operações prejudicam a segurança alimentar das comunidades indígenas e dos grupos

em isolamento voluntário que dependem dos mesmos recursos. Em 2022, o ativista indígena Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips foram assassinados por pescadores ilegais enquanto se dirigiam a um posto de vigilância ribeirinho criado para monitorar gangues de pesca ilegal no TIVJ. Esse ato de violência evidencia os riscos extremos enfrentados por aqueles que monitoram e denunciam a extração ilegal no TIVJ.

A mineração de ouro, concentrada no setor leste do TIVJ, se sobrepõe a áreas com alta presença de povos em isolamento voluntário e representa um sério risco de contaminação ambiental e de conflitos violentos. Embora a exploração madeireira em grande escala por atores estrangeiros que entram no rio Javari, vindo do Peru, tenha diminuído após a década de 1990, incursões em pequena escala persistem e continuam afetando as comunidades indígenas. Muitas dessas atividades extrativas estão ligadas ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Esses grupos usam violência e intimidação para manter o controle, tornando qualquer intervenção especialmente perigosa e comprometendo os direitos indígenas, a governança ambiental e a segurança daqueles que defendem a floresta.

Transformações culturais e migração

Os jovens indígenas do Vale do Javari enfrentam crescentes pressões sociais e culturais, à medida que cada vez mais deixam suas aldeias em busca de educação, serviços de saúde e oportunidades econômicas nos centros urbanos. Embora essa migração seja muitas vezes motivada pela necessidade, ela expõe os jovens a ambientes que podem ser profundamente alienantes e prejudiciais. Nas cidades, bem como por meio da mídia e de atividades comerciais, eles podem encontrar redes de tráfico de drogas, proselitismo agressivo por parte de missionários evangélicos e estilos de vida que muitas vezes entram em conflito com seus valores culturais e visão de mundo. Como resultado, os jovens muitas vezes ficam divididos entre a tradição e as pressões externas. Línguas podem ser perdidas, rituais interrompidos e as histórias podem deixar de ser contadas à medida que a transmissão de conhecimento entre as gerações enfraquece.

A ausência de jovens nas aldeias tem consequências mais amplas para a preservação dos modos de vida indígenas e a proteção territorial. Sem a participação da geração mais jovem na agricultura, na caça e na transmissão cultural, as comunidades enfrentam dificuldades para manter sua autossuficiência e seus sistemas tradicionais de conhecimento ecológico. Essa mudança demográfica torna os territórios indígenas mais vulneráveis a ameaças externas, e as aldeias despovoadas podem ser usadas como argumento político para contestar a legitimidade das terras indígenas demarcadas, colocando em risco tanto a sobrevivência dos povos quanto a integridade dos ecossistemas que eles administram há gerações.

Instabilidade no apoio político nacional

O apoio político aos povos indígenas no TIVJ tem se mostrado inconsistente ao longo da história recente do Brasil. A *Fundação Nacional dos Povos Indígenas* (FUNAI), responsável pela proteção dessas comunidades, tem enfrentado subfinanciamento crônico e enfraquecimento político, especialmente durante governos federais específicos que se opunham aos direitos indígenas. Embora estejam em andamento esforços para reconstruir a instituição sob um governo mais favorável, sua equipe atual é de apenas 20% do quadro anterior e carece da estrutura, dos programas de capacitação e da proteção armada necessários para operar com eficácia na remota e perigosa região fronteiriça do TIVJ. A coordenação com as forças armadas, a polícia e órgãos de fiscalização ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), permanece esporádica, comprometendo a capacidade de conter invasões ilegais e proteger comunidades vulneráveis.

Existem também outros obstáculos. O Congresso Nacional continua dominado por poderosos blocos do agronegócio, da mineração e por bancadas religiosas que promovem projetos de lei e propostas de emendas constitucionais que ameaçam a soberania e os direitos indígenas. Uma das maiores preocupações é o chamado *Marco Temporal*, que significa Limite de Tempo ou Prazo. O *Marco Temporal* visa limitar as reivindicações de terras apenas aos territórios ocupados por povos indígenas na data da promulgação da Constituição de 1988. Os povos indígenas rebatem essa tese, sustentando o direito de reivindicar as muitas terras tomadas à força antes de 1988. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido contra o *Marco Temporal*, o Congresso aprovou legislação que o institui e discute atualmente uma emenda constitucional para torná-lo permanente. Tais manobras jurídicas e políticas não apenas dificultam a demarcação de terras, mas também encorajam atores locais a contestar o tamanho e a legitimidade de territórios indígenas como o TIVJ.

Vulnerabilidades dos povos indígenas em isolamento voluntário

O Vale do Javari abriga a maior concentração mundial de povos indígenas que optaram voluntariamente por permanecer sem contato com o mundo exterior. As características geográficas e ambientais da Amazônia, e do Vale do Javari em particular, permitiram que os povos indígenas permanecessem isolados. A legislação brasileira reconhece seus direitos ao não contato e à proteção por

fronteiras territoriais invioláveis. No entanto, imagens de satélite e dados de monitoramento confirmam que as zonas de não contato foram violadas diversas vezes nos últimos anos, tanto por missionários quanto por traficantes e grupos de extração ilegal. Quando as proteções legais não são aplicadas, esses grupos ficam expostos a riscos mortais, incluindo destruição ecológica

e cultural, além de exposição a vírus e epidemias como a gripe e a COVID-19. Os povos de comunidades em isolamento voluntário não desenvolvem todas as memórias imunológicas para doenças comuns em outras sociedades. Essa realidade significa que uma simples gripe pode ser mortal. A situação é agravada pela precariedade da assistência em saúde. As clínicas são poucas e muitas vezes carecem de recursos adequados e de sensibilidade cultural. As comunidades enfrentam surtos frequentes de malária, hepatite e infecções parasitárias, muitas vezes sem acesso a água potável, profissionais capacitados ou cuidados compatíveis com seus contextos culturais. Durante a pandemia da COVID-19, a chegada tardia de equipes de saúde e a baixa cobertura vacinal resultaram em mortes evitáveis. A ausência de transporte de

emergência e de infraestrutura de comunicação torna o cenário ainda mais crítico: viagens fluviais até centros médicos podem levar dias e, em algumas áreas, o contato por rádio é a única maneira de pedir ajuda, se as baterias estiverem carregadas e o sinal estável.

Além disso, os povos indígenas em isolamento dependem inteiramente dos recursos naturais de suas terras. Portanto, qualquer ação que degrade o meio-ambiente em seus territórios os coloca em risco. Por exemplo, a poluição dos rios, a extração ilegal de animais selvagens, o aumento dos incêndios associados às mudanças climáticas e o avanço do desmatamento para fins agropecuários configuram ameaças existenciais a esses povos.

Desafios na demarcação do território

A demarcação do TIVJ envolveu imensos desafios e sucessivos contratempos ao longo de mais de duas décadas. As primeiras propostas, apresentadas em 1969, previam a criação de um Parque Nacional entre os rios Ituí e Itaqui, mas reconheciam apenas dois grupos indígenas e excluía outros. Embora uma proposta revisada em 1972 buscasse incluir todos os povos indígenas, a iniciativa foi paralisada e só foi retomada em 1980 pela FUNAI. Em 1985, um levantamento etnográfico e fundiário reforçou a necessidade de um território unificado para todos os povos indígenas da região. Nesse período, contudo, as invasões por madeireiros, seringueiros e pescadores ilegais se intensificaram, assim como a hostilidade das populações urbanas vizinhas, culminando, em 1990, no assassinato de três indígenas Korubo não contatados. O episódio pressionou a FUNAI a retomar a demarcação em 1992.

Apesar da resistência persistente, da aplicação frágil da lei e do aumento das atividades criminosas, em 1995 o processo avançou, sob a liderança do antropólogo Walter Coutinho e graças à resiliência dos povos indígenas locais. O território foi então identificado e demarcado. Em 1998, o Ministério da Justiça o designou oficialmente como *Terra Indígena Vale do Javari*, e em 2001 foi ratificado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Ainda assim, a ratificação não pôs fim às invasões nem aos conflitos entre os povos indígenas e outros habitantes da região. A área segue marcada por vulnerabilidades socioambientais, crescimento do crime organizado e do tráfico de drogas, além de ameaças constantes à vida e aos territórios indígenas. Manter fronteiras claramente demarcadas e fazer cumprir as leis continua sendo uma tarefa perigosa e desafiadora. A vulnerabilidade dos povos indígenas dentro do território, mesmo após a demarcação, mostra que a demarcação legal da terra por si só é insuficiente para garantir proteção e paz.



RESPOSTAS LOCAIS

“O foco principal da UNIVAJA é a defesa e a autonomia dos povos indígenas da Terra Indígena do Vale do Javari por meio da gestão ambiental e territorial com base em marcos jurídicos constitucionais e em nossos direitos originários. No entanto, nosso trabalho não se limita à proteção física do território. Ele incorpora o princípio do protagonismo indígena em todas as fases, desde a concepção até a execução dos projetos, visando não apenas a conservação dos recursos naturais, mas também a preservação das culturas e modos de vida tradicionais. Nas canções e danças que ecoam pela floresta e nas atividades que realizamos na cidade, celebramos nossos ritos, que estão presentes em nosso cotidiano.”

— Varney Thoda Tavares, Vice-Coordenador, UNIVAJA

Estabelecimento de vigilância e proteção territorial lideradas por indígenas

Diante do aumento das invasões e da ausência de apoio governamental adequado, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) lançou, em 2021, a Equipe de Vigilância Territorial Indígena (EVU). Criada para monitorar e denunciar atividades ilegais de mineração, caça, extração de madeira e tráfico de drogas, a EVU também mapeia os principais rios utilizados por invasores. A iniciativa, liderada por indígenas, combina conhecimento ancestral de rastreamento com tecnologias modernas, incluindo GPS, drones e imagens de satélite, para monitorar o Território Indígena do Vale do Javari (TIVJ), que abrange 217.500 hectares. Diferentemente das agências de fiscalização convencionais, a equipe de vigilância está profundamente inserida nas comunidades que serve. Seus membros são escolhidos por anciãos e assembleias comunitárias e treinados tanto em conhecimentos tradicionais de uso da terra quanto em habilidades técnicas de monitoramento. O conhecimento íntimo da floresta, incluindo a leitura dos rios, dos ritmos dos animais e a percepção de sinais sutis que os forasteiros raramente são capazes de identificar, confere à equipe uma vantagem única na detecção e prevenção de invasões.

As patrulhas são realizadas a pé, de canoa ou com apoio de drones, de acordo com o terreno e o nível de ameaça. A equipe documenta acampamentos ilegais, operações de mineração de ouro e rotas de caça clandestinas. Os dados coletados são georreferenciados e compilados em relatórios enviados à Fundação Nacional do Povo Indígena (FUNAI), à Polícia Federal e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) — órgãos que se beneficiam da inteligência e do conhecimento de campo da EVU. Com a assessoria jurídica da UNIVAJA, a EVU documenta seus dados para uso conjunto com o Ministério Público Federal e órgãos judiciais. A equipe da UNIVAJA também está colaborando com parceiros de tecnologia para desenvolver sistemas mais seguros de armazenamento e transmissão de dados, incluindo soluções criptografadas e testes com blockchain para garantir a integridade das informações e proteger registros sensíveis, especialmente os relacionados a povos em isolamento voluntário.

A primeira missão de teste ocorreu em agosto de 2021, após a experiência bem-sucedida da UNIVAJA

em coordenar respostas durante a COVID-19 meio aos desafios inesperados da pandemia. Desde então, a UNIVAJA treinou 67 monitores etnoambientais indígenas em práticas de segurança, uso de tecnologias de vigilância, manutenção de equipamentos, gestão de dados e catalogação de evidências com valor jurídico, entre outras habilidades. Entre janeiro de 2022 e fevereiro de 2024, a equipe realizou 13 missões de monitoramento e diversas operações conjuntas com a Polícia Federal, o IBAMA e a FUNAI, estabelecendo vigilância permanente em 803 km de rios, bem como o monitoramento periódico em outros 2.175 km.

O trabalho da equipe levou à exposição de várias operações de mineração ilegal e ao desmantelamento de acampamentos de caça clandestina. Embora a pesca e a caça ilegais não ocorram mais de forma aberta, o comércio ilegal persiste e o apoio governamental continua inconsistente. Frente a esse cenário, a equipe de vigilância passou a utilizar as evidências coletadas para pressionar autoridades, mobilizar aliados internacionais e documentar invasões, bem como a omissão estatal diante delas. A EVU tornou-se referência no Brasil e um motivo de grande orgulho para todos os povos do Território Indígena do Vale do Javari.

PRINCIPAIS IMPACTOS

Estabelecimento da vigilância e proteção territorial lideradas por indígenas



- A UNIVAJA lançou e manteve a primeira equipe de vigilância liderada por indígenas no TIVJ, protegendo 217.500 hectares.
- A EVU estabeleceu o monitoramento e a vigilância permanentes de 803 km de rios, bem como o monitoramento periódico de 2.175 km de rios.
- De 2022 a 2024, a UNIVAJA treinou 67 monitores/guardas etnoambientais indígenas.
- A EVU realizou 13 missões de monitoramento entre janeiro de 2022 e fevereiro de 2024.

Geração de alternativas econômicas por meio do manejo do pirarucu no TIVJ

A UNIVAJA está promovendo alternativas econômicas sustentáveis para os povos indígenas do TIVJ por meio do manejo comunitário do pirarucu (*Arapaima gigas*), uma das maiores e mais valiosas espécies da Amazônia. O peixe é fundamental para a segurança alimentar das comunidades locais e alvo frequente de pescadores ilegais. Enquanto em áreas vizinhas a espécie sofre com a sobrepesca, nas terras indígenas ela permanece abundante, tornando-o um recurso importante.

Em 2022, a UNIVAJA lançou, em parceria com os povos indígenas Kanamari do Médio Javari uma iniciativa para apoiar a gestão e a pesca sustentável do pirarucu. Com o apoio do IBAMA, do Conselho Trabalhista Indígena (CTI) e outras instituições, a Iniciativa de Manejo Comunitário do Pirarucu fortalece a conservação e a defesa do território, garantindo a segurança alimentar e gerando renda. O peixe excedente pode ser vendido legalmente fora da Terra Indígena, oferecendo uma alternativa à pesca e comercialização ilegal do pirarucu.

Além dos benefícios econômicos, a iniciativa reforçou a vigilância e o controle indígena sobre regiões lacustres vulneráveis, especialmente na fronteira com o Peru. O monitoramento sistemático pelas comunidades locais não apenas protege os estoques pesqueiros da pesca comercial ilegal de pirarucu, mas também inibe a invasão ligadas à exploração de madeira, ouro e outros recursos florestais. Ao vincular oportunidades econômicas à conservação ambiental, a UNIVAJA demonstra como o Conhecimento Ecológico Tradicional e as abordagens de conservação baseadas na comunidade podem transformar áreas naturais historicamente exploradas. Atualmente, os povos Mayoruna do Médio Javari e do Médio Curuçá já replicaram o modelo. O manejo adequado da iniciativa pode garantir uma fonte confiável de renda e segurança alimentar para as populações que vivem nas regiões lacustres, especialmente ao longo dos cursos médios dos grandes rios. Se escalonado de forma eficaz, o modelo também tem o potencial de se tornar uma referência para o desenvolvimento sustentável em outras partes da Amazônia.

PRINCIPAIS IMPACTOS

Geração de alternativas econômicas por meio do manejo do pirarucu no TIVJ



- A UNIVAJA lançou uma alternativa econômica baseada na pesca sustentável em parceria com os povos indígenas Kanamari do Médio Javari.
- O modelo foi replicado pelos povos indígenas Mayoruna dos rios Médio Javari e Médio Curuçá.
- A iniciativa da UNIVAJA contribuiu para o aumento da população de pirarucu, com a recuperação dos estoques pesqueiros nos rios Médio Javari e Médio Curuçá.
- A iniciativa ampliou a renda das comunidades indígenas envolvidas.

Demarcação das fronteiras do TIVJ

A *Terra Indígena Vale do Javari* (TIVJ) foi demarcada oficialmente em 2001. Entretanto, ao longo de duas décadas, as placas e monumentos ao longo de suas fronteiras foram gradualmente encobertos pela floresta. Essa situação é especialmente crítica no limite sul, onde um trecho de mais de 400 km não é delimitado por rios ou outros corpos d'água. Para apoiar suas ações monitoramento e vigilância, a UNIVAJA assumiu o desafio de demarcar as fronteiras do TIVJ.

Embora esse tipo de atividade seja tradicionalmente conduzido por empresas especializadas, a UNIVAJA formou e coordenou equipes compostas por membros das comunidades locais. Em cinco missões, com duração aproximada de seis a oito semanas cada, foram demarcados mais de 200 km das áreas mais vulneráveis. No total, ao longo de dois anos, 416 km foram demarcados. Atualmente, uma equipe dos povos Mayoruna-Marubo está concluindo a limpeza e manutenção de grande parte do trecho restante. As missões de demarcação de fronteiras exigem cargas de trabalho pesadas em áreas de floresta densa e terreno acidentado entre as bacias do Javari e do Juruá. Uma vez redesenhadas, as equipes

retornam periodicamente, a cada dois anos, para manter os limites e impedir o avanço da vegetação.

Embora as fronteiras físicas visíveis não sejam suficientes para impedir totalmente caçadores e pescadores ilegais, elas aumentam a conscientização sobre os limites territoriais e criam condições mais favoráveis ao monitoramento. A reabertura das fronteiras possibilitou a realização de patrulhas em regiões antes inacessíveis, ampliando a vigilância sobre 20.800 hectares. Esse trabalho tem sido eficaz na prevenção do avanço descontrolado das operações agrícolas e madeiras no TIVJ e na prevenção da apropriação indevida de terras, criando as condições para o registro de registros ambientais rurais dentro do território. O impacto mais significativo, contudo, tem sido nas atitudes e no conhecimento dos 65 indígenas diretamente envolvidos, que agora sentem uma conexão mais profunda e um senso de pertencimento sobre as áreas mais remotas do território. As equipes de demarcação e outros envolvidos retornaram a áreas que não visitavam há muito tempo, obtendo conhecimento detalhado de seu território.

PRINCIPAIS IMPACTOS

Demarcação das fronteiras do TIVJ



- As equipes da UNIVAJA demarcaram 416 km das fronteiras do TIVJ.
- A renovação das fronteiras possibilitou o monitoramento de 20.800 hectares.
- Um total de 65 indígenas trabalharam na reabertura de trilhas ao longo da fronteira durante um período de dois anos.

Promoção da liderança das mulheres e da governança coletiva

As mulheres indígenas da UNIVAJA desempenham papéis centrais na preservação das tradições culturais e na transmissão do Conhecimento Ancestral em suas comunidades. Guardiãs do conhecimento sobre sementes e plantas, também são líderes, curandeiras, cuidadoras e agricultoras. No entanto, estruturas formais de liderança historicamente marginalizaram a participação das mulheres, sobretudo em termos políticos e de governança. Além disso, desafios sociais e econômicos têm limitado sua autonomia e independência financeira, restringindo sua plena atuação na governança territorial. Na UNIVAJA, contudo, essa realidade está mudando.

Reconhecendo que a defesa territorial exige a participação de todas as vozes, a UNIVAJA tem priorizado a integração ativa das mulheres nos processos de decisões, liderança, vigilância e outras atividades. Hoje, elas participam do Comitê de Coordenação da UNIVAJA – composto por homens e mulheres eleitos pelas assembleias locais –, lideram iniciativas culturais e participam da *advocacy* em nível nacional e internacional. A equipe de vigilância da UNIVAJA inclui treinamentos voltados às mulheres, apoiando-as na capacitação para realizar atividades de monitoramento do TIVJ.

Paralelamente, a UNIVAJA apoia um projeto que promove o empoderamento político, econômico e social das mulheres indígenas por meio da produção e comercialização de produtos culturais e artesanais. A venda em feiras locais, regionais e nacionais tem ampliado a renda, fortalecido a autonomia financeira e valorizado a diversidade cultural do Vale do Javari.

O projeto inclui ainda capacitações em liderança e gestão de negócios. Foram realizados dois workshops para apoiar a educação sobre mercados, cadeias de valor, padrões de qualidade e comercialização. Além disso, promoveu a criação de redes de mulheres indígenas para a troca de experiências e conhecimentos e estabeleceu um Centro para Mulheres e Jovens, um espaço de produção onde as mulheres podem confeccionar suas artes, compartilhar alimentos e realizar eventos para visitantes da região. O projeto colocou em destaque a grande diversidade de culturas artísticas em Javari e hoje representa uma importante fonte de renda para as mulheres indígenas.

PRINCIPAIS IMPACTOS

Promoção da liderança feminina e da governança coletiva



- A UNIVAJA integrou as mulheres em sua estrutura de liderança.
- A UNIVAJA lançou iniciativas para apoiar a arte e os produtos artesanais das mulheres indígenas.
- A UNIVAJA e seus parceiros criaram o Centro para Mulheres e Jovens, onde são vendidos produtos artesanais.
- As mulheres estão participando de forma mais consistente na defesa política.
- A renda das mulheres aumentou com a venda de artesanato.

“Nós, mulheres indígenas do Vale do Javari, trabalhamos historicamente nos campos, plantando e colhendo, cuidando de nossos filhos e filhas e também ajudando outras irmãs a cuidar de seus filhos. Somos ativas na preservação de nossa cultura e tradições, fazendo artesanato que é comercializado fora das terras indígenas, nos ajudando a nos sustentar com as coisas que precisamos comprar da sociedade não indígena. E agora estamos firmemente comprometidas em empoderar as mulheres além dessas atividades. Queremos participar e influenciar as decisões que definem o destino de nosso povo. E é por isso que convidamos a todos para esta poderosa rodada de diálogo dedicada ao bem-estar das gerações atuais e futuras.”

— Rosanete Reis Rufino, Secretária da Associação Marubo de São Sebastião (AMAS) e Coordenadora do Projeto Mulheres da UNIVAJA

Apoio à defesa jurídica e à defesa dos direitos indígenas

A UNIVAJA vem consolidando um braço de defesa jurídica robusto, liderado por advogados indígenas treinados em leis estaduais e protocolos consuetudinários para traduzir evidências de campo em ações institucionais. A estratégia jurídica da UNIVAJA começa na base: quando sua equipe de proteção territorial identifica uma violação – como pesca ilegal, mineração ou acesso não autorizado –, ela documenta o caso e apresenta queixas formais ao Ministério Público Federal, à FUNAI e aos órgãos ambientais estaduais. Quando as respostas são lentas ou inexistentes, a UNIVAJA eleva os casos à mídia nacional, aciona o sistema judiciário e colabora com redes de direitos humanos para exercer pressão de cima para baixo. Até o momento, a equipe já documentou mais de 175 atos ilegais no território.

Durante tentativas recentes de enfraquecer os direitos territoriais indígenas no Congresso e no Supremo Tribunal Federal, a UNIVAJA atuou ativamente na defesa das garantias constitucionais por meio de pareceres técnicos, depoimentos públicos e mobilização de lideranças indígenas da Amazônia.

A UNIVAJA também desempenhou um papel fundamental em garantir a visibilidade internacional das ameaças enfrentadas no Vale do Javari. Trabalhou junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a relatores especiais da ONU e a observadores internacionais para destacar o fracasso do Brasil em defender os direitos indígenas. Em 2022, após o assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips, a equipe jurídica da UNIVAJA foi determinante para assegurar uma investigação federal completa, reunindo provas, coordenando a proteção de testemunhas e mantendo a mobilização internacional mesmo após a atenção da mídia ter diminuído.

Paralelamente, a UNIVAJA promove a educação proativa sobre direitos. A UNIVAJA organiza workshops em línguas indígenas para ajudar as comunidades a entender os títulos de propriedade da terra, a legislação ambiental e seus direitos e proteções constitucionais. Esse trabalho educacional capacita os residentes a se comunicarem com as autoridades, redigirem petições e combaterem a desinformação de pessoas de fora. A equipe jurídica da UNIVAJA colabora com defensores públicos, organizações não governamentais (ONGs) internacionais e atores estatais progressistas, mas permanece ancorada na liderança e nas perspectivas indígenas.

PRINCIPAIS IMPACTOS

Apoio à defesa jurídica e aos direitos indígenas



- A UNIVAJA documentou e registrou denúncias de 175 atos ilegais no território.
- A UNIVAJA realiza workshops jurídicos em línguas indígenas.
- A UNIVAJA contribui para investigações em nível federal.



IMPACTO NAS POLÍTICAS

Impactos nas políticas nacionais

O trabalho da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) tem influenciado significativamente políticas relacionadas a direitos indígenas, proteção territorial e governança da Amazônia, tanto em nível local quanto nacional. Como a única instituição liderada por indígenas que monitora sistematicamente atividades ilegais no Vale do Javari, a UNIVAJA tornou-se um importante órgão de inteligência e fiscalização. Os relatórios de patrulha da UNIVAJA levaram o Ministério Público Federal a abrir várias investigações sobre mineração ilegal, caça predatória e crime organizado na região. Em 2022, após os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, as equipes jurídicas e de comunicação da UNIVAJA foram fundamentais para catalisar uma resposta em nível federal, garantindo atenção nacional e internacional ao caso.

Contribuições para a agenda global

Em nível global, a UNIVAJA apoia a implementação de vários acordos multilaterais importantes, incluindo a [Convenção sobre Diversidade Biológica](#) (CDB), a [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas](#) (UNFCCC) e os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS) da [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#).

A atuação da UNIVAJA influencia a CDB, particularmente os Artigos 8(j) e 10(c), que reconhecem o Conhecimento Indígena e governança na proteção da biodiversidade; a UNFCCC, por meio da defesa territorial que previne o desmatamento e contribui para a mitigação climática; e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com destaque aos ODS 5 (Igualdade de Gênero), 6 (Água Potável), 13 (Ação Climática), 15 (Vida na Terra) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). A UNIVAJA apresentou documentação ao Fórum Permanente das Nações Unidas para Questões Indígenas (UNPFII) e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU denunciando as falhas do Estado brasileiro na proteção de povos indígenas em

A UNIVAJA também contribuiu diretamente para os debates nacionais sobre proteção constitucional de terras indígenas, fornecendo pareceres jurídicos, testemunhos e se manifestando publicamente contra propostas que ameaçam a demarcação territorial. Sua liderança ajudou a influenciar a oposição ao controverso projeto de lei Marco Temporal, que limitaria severamente as reivindicações de terras indígenas.

No âmbito local, a UNIVAJA promove políticas incorporando a legislação indígena no planejamento municipal. Em Atalaia do Norte – sede da UNIVAJA –, a organização apoiou a criação de leis municipais que restringem o tráfego fluvial não autorizado próximo a territórios de povos em isolamento voluntário e ajudou a desenvolver protocolos de saúde de emergência para clínicas locais.

isolamento voluntário e defensores ecológicos no Javari.

Esses esforços têm ajudado a moldar narrativas globais sobre soberania indígena. A UNIVAJA colabora com outras organizações indígenas da Bacia Amazônica para promover a aplicação regional do Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) e a proteção de ecossistemas transfronteiriços. Juntos, eles estão promovendo o entendimento de que os povos indígenas são guardiões não apenas de seus territórios, mas do futuro compartilhado do planeta.

A UNIVAJA apresentou queixas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para solicitar que a Comissão exigisse do Estado brasileiro a adoção das medidas necessárias para proteger os direitos à vida e à integridade pessoal de Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips. Com base nessa denúncia internacional, o Governo brasileiro iniciou as buscas pelos desaparecidos junto a membros da comunidade indígena, e o grupo conseguiu localizar os corpos de Bruno Pereira e Dom Phillips.



REPLICAÇÃO, ESCALABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

“Caçamos, coletamos e cultivamos uma rica colheita agrícola. Plantamos mandioca, batata, milho, algodão, urucum, jenipapo, palmeiras, palmeira-de-manga, açaí e muito mais. E tudo o que fazemos não consome mais do que o necessário para nossa subsistência. Estamos sempre preocupados com a conservação, porque queremos viver na floresta e dela, de forma coletiva e sustentável. Essa é a nossa tradição, a nossa vida na aldeia. Queremos estar com vocês, Nawas (pessoas brancas), aprendendo, mas também queremos que vocês aprendam conosco.”

— Bené Donu Mayuruna, presidente da Organização Geral da Associação de Base Mayuruna (OGM)

Replicação

Embora o trabalho da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) esteja exclusivamente enraizado no contexto cultural e geopolítico do Vale do Javari, suas estratégias têm inspirado réplicas em todo o Brasil e na Bacia Amazônica em geral. Por meio de intercâmbios, visibilidade na mídia e parcerias formais, a UNIVAJA ajudou a criar e fortalecer equipes de vigilância indígena, estruturas de defesa jurídica e iniciativas de preservação

cultural em diversos territórios. Seu modelo de *Equipe de Vigilância Territorial Indígena* (EVU) tem sido estudado e adaptado por comunidades indígenas nos estados do Acre, Roraima e Pará. A UNIVAJA compartilha protocolos sobre planejamento de patrulhas, padrões de documentação e gestão de riscos de segurança, contribuindo para o planejamento comunitário e a aplicação da lei com base cultural.

Escalabilidade

A influência da UNIVAJA vem se expandindo por meio de seu impacto político, monitoramento e defesa. Seu trabalho tem sido citado em processos judiciais nacionais, apresentado em relatórios climáticos internacionais e reconhecido por redes da sociedade civil da América Latina à Europa. À medida que o Brasil reformula sua abordagem à participação indígena, o modelo de governança e os protocolos de monitoramento territorial da UNIVAJA estão ganhando reconhecimento como componentes de uma estrutura de conservação escalável e baseada em direitos.

O projeto de monitoramento territorial da UNIVAJA está se ampliando, com equipes regionais altamente treinadas, que realizam vigilância por meio de expedições fluviais e terrestres. Uma embarcação de médio porte serve como base móvel, equipada com uma embarcação de apoio menor. Essa base possui toda a infraestrutura necessária para as expedições, como fornecimento de energia (solar e combustível), comunicação (rádio, internet, mensagens e telefone via satélite), localização via satélite (GPS com rastreamento) e equipamentos de gravação

(smartphones com o aplicativo MAPEO). Um painel está sendo desenvolvido com os dados coletados durante as expedições, o que permitirá o monitoramento online das condições do TIVJ. Também foi criada uma equipe técnica composta por povos indígenas para dar suporte às atividades. Isso só foi possível graças à contribuição financeira de parcerias bem estruturadas e consolidadas ao longo do tempo. Atualmente, várias plataformas nacionais e regionais exploram como institucionalizar a vigilância comunitária e apoiar sistemas de dados de biodiversidade

liderados por indígenas, como os implementados pela UNIVAJA.

A UNIVAJA também está trabalhando com parceiros acadêmicos na criação de um centro de treinamento para defensores ambientais indígenas. Seu modelo mostra que a governança indígena não é apenas eficaz, mas também eficiente, legítima e escalável quando apoiada pelas ferramentas certas, proteções legais e autonomia.

Sustentabilidade

A UNIVAJA é governada por assembleias que garantem que as decisões reflitam as prioridades da comunidade, as normas culturais e as realidades ecológicas. Essa legitimidade sustenta o compromisso mesmo diante das adversidades. A organização treina e orienta jovens em suas operações, desde a defesa jurídica até a operação de drones. O investimento em capacitação promove a autonomia, preparando os jovens para se tornarem os próximos líderes e garantindo a transmissão contínua do conhecimento institucional.

Embora conte com financiamento e assistência técnica de aliados nacionais e internacionais, a UNIVAJA mantém sua independência operacional. A aliança prioriza o alinhamento dos doadores com os valores indígenas e rejeita parcerias que comprometam sua autonomia. Ela

também busca gerenciar os recursos de forma sustentável. Por exemplo, a logística no Território Indígena do Vale do Javari (TIVJ) é altamente complexa e todo o transporte é realizado majoritariamente por rio, o que requer um alto consumo de combustíveis fósseis. Para minimizar impactos, a UNIVAJA vem buscando alternativas, como a construção e o teste de barcos elétricos, o uso de drones e a otimização de rotas, agrupando diferentes atividades em trajetos comuns. A UNIVAJA vem revisando sua estrutura de governança com o objetivo de institucionalizar e fortalecer a organização e o movimento indígena regional, criando mecanismos para uma gestão eficiente e eficaz e mantendo sua capacidade de gerar recursos financeiros. A primeira auditoria externa foi realizada em 2023.

PLANOS PARA O FUTURO

A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari trabalha para construir um futuro pautado na preservação cultural e na autossuficiência. Enquanto continua a monitorar e defender o Território Indígena do Vale do Javari (TIVJ), a UNIVAJA busca fortalecer sua capacidade institucional e apoiar iniciativas socioprodutivas que reduzam a dependência de programas governamentais inconsistentes e muitas vezes subfinanciados. O eixo central desse esforço é o desenvolvimento de um Plano de *Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas* (PGTA). Os PGTA são projetos participativos que articulam a gestão da terra, o cuidado ambiental e o desenvolvimento sustentável em um Território Indígena, além de expressarem modos de vida e visões para o futuro. Trata-se de uma ferramenta para o planejamento comunitário e a proteção das Terras Ancestrais, mas também de uma declaração política que afirma a autonomia indígena, conforme assegurado na Constituição Federal.

PARCEIROS

- **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB):** Apoia a defesa e a mobilização indígena, promovendo a unificação e a visibilidade dos povos indígenas no Brasil e internacionalmente.
- **Centro de Trabalho Indigenista (CTI):** Contribui para esforços políticos e de defesa, ecoando as vozes dos povos indígenas do Território Indígena do Vale do Javari.
- **Conselho Indigenista Missionário (CIMI):** Oferece apoio jurídico, apoio à defesa de direitos e solidariedade política aos direitos indígenas em fóruns nacionais e internacionais.
- **Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB):** Organização guarda-chuva que amplia o trabalho político da UNIVAJA e facilita conexões com outras alianças indígenas na Amazônia brasileira.
- **Full Circle Foundation:** Oferece apoio financeiro para a expansão da capacidade técnica e operacional da UNIVAJA.
- **Fundo Casa Socioambiental:** Oferece apoio financeiro para a expansão da capacidade técnica e operacional da UNIVAJA.
- **Governo do Brasil, Ministério da Justiça e Cidadania:** Oferece apoio financeiro para a expansão da capacidade técnica e operacional da UNIVAJA.
- **Fundação Nia Tero:** fornece apoio financeiro para a expansão da capacidade técnica e operacional da UNIVAJA.
- **Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI):** Colabora com a UNIVAJA para documentar, monitorar e proteger os territórios de grupos voluntariamente isolados.
- **Fundação Floresta Tropical da Noruega:** Fornece apoio financeiro para a expansão da capacidade técnica e operacional da UNIVAJA.
- **Re:Wild:** Fornece apoio financeiro para a expansão da capacidade técnica e operacional da UNIVAJA.



FONTES E RECURSOS ADICIONAIS

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). “Marco Temporal”. [Site]. s.d. Disponível online [aqui](#).

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). “Retrocessos nos direitos indígenas no Brasil”. [PDF]. s.d. Disponível online [aqui](#).

Centro de Trabalho Indigenista (CTI). “Consolidando a gestão territorial e ambiental em terras indígenas.” [PDF]. 2025. Disponível online [aqui](#).

Centro de Trabalho Indigenista (CTI). “Proteção e isolamento em perspectiva”. [PDF]. 2021. (Em português). Disponível online [aqui](#).

Collyns, D. “Vale do Javari: a selva primitiva sem lei onde Dom Phillips desapareceu”. The Guardian. 2022. Disponível online [aqui](#).

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). “Amazônia Indígena COIAB: Uma história de luta.” [Website]. s.d. (Em português). Disponível online [aqui](#).

Globo.com. “Vale do Javari: entenda por que a região se tornou um dos locais mais perigosos da Amazônia”. 2022. (Em português). Disponível online [aqui](#).

Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). “Arapaima (*Arapaima gigas*)”. 1996. Disponível online [aqui](#).

Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). “Tartaruga-de-focinho-amarelo (*Podocnemis unifilis*)”. 1996. Disponível online [aqui](#).

Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI). “Quem são os povos indígenas isolados?”. s.d. (Em português). Disponível online [aqui](#).

Phillips, T. “Como a última viagem de Dom Phillips e Bruno Pereira terminou em tragédia”. The Guardian. 2022. Disponível online [aqui](#).

Povos Indígenas no Brasil. “Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)”. 2024. (Em português). Disponível online [aqui](#).

Terras Indígenas no Brasil. “Terra Indígena Vale do Javari”. Instituto Socioambiental ISA. s.d. [Painel de dados online]. (Em português). Disponível online [aqui](#).

UNIVAJA. “UNIVAJA.” [Página inicial do site]. s.d. (Em português). Disponível online [aqui](#).

AGRADECIMENTOS

A Iniciativa Equatorial agradece a todos os membros da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), especialmente a Jaqueline de Araújo Vieira, Laura Ferreira Macêdo, Orlando de Moraes Possuelo, John Reid, Eriverto da Silva Vargas e Luisa Suriani por suas ideias e apoio. Todas as fotos são cortesia da UNIVAJA. Os mapas são cortesia do Departamento de Informações Geoespaciais das Nações Unidas e da Wikipedia. Este documento foi revisado por Carolina R. Ferreira, um voluntário online das Nações Unidas mobilizado através do site <https://app.unv.org/>.

Editores

Editores colaboradores (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari): Jaqueline de Araújo Vieira, Laura Ferreira Macêdo, Orlando de Moraes Possuelo, John Reid, Eriverto da Silva Vargas, Luisa Suriani

Editores colaboradores (Iniciativa Equatorial): Alina Klimantovych, Anna Giulia Medri, Veronika Seemann

Redator

Meredith Beaton

Design

Kimberly Koserowski

Citação sugerida

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 'União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, Brasil.' *Série de Estudos de Caso da Iniciativa Equatorial*. 2025. Nova York, NY.



Equator Initiative
Sustainable Development Cluster
United Nations Development Programme (UNDP)
304 East 45th Street, 15th Floor
New York, NY 10017
www.equatorinitiative.org

O PNUD é a principal organização das Nações Unidas que luta para acabar com a injustiça da pobreza, a desigualdade e as mudanças climáticas. Trabalhando com nossa ampla rede de especialistas e parceiros em 170 países, ajudamos as nações a construir soluções integradas e duradouras para as pessoas e o planeta. Saiba mais em undp.org ou siga @UNDP.

A Iniciativa Equatorial reúne as Nações Unidas, governos, sociedade civil, empresas e organizações de base para reconhecer e promover soluções locais de desenvolvimento sustentável para as pessoas, a natureza e comunidades resilientes.

©2025 Iniciativa Equatorial
Todos os direitos reservados

